

A construção social de um cânone: Émile Durkheim e a formação da sociologia científica na USP

The social construction of a canon: Émile Durkheim and the formation of scientific sociology at USP

*Dayvison Wilson Bento da Silva¹ 

*Bruna de Santana Souza² 

*Juan Michel Montezuma dos Santos³ 

Resumo

Este trabalho examina a recepção e a consagração da obra de Émile Durkheim no Brasil, com foco na institucionalização da sociologia na Universidade de São Paulo (USP) nas décadas de 1930 e 1940. Sustenta-se que sua consolidação como cânone da sociologia brasileira não decorreu apenas do valor intrínseco de sua obra, nem de imposições acadêmicas, mas da articulação entre fatores internos e externos ao campo sociológico nacional. Destaca-se o papel da Missão Francesa na USP na incorporação de Durkheim aos currículos iniciais do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em consonância com a demanda por uma sociologia científica e autônoma. A análise de currículos e programas de Sociologia, a partir de anuários do acervo do IME/USP, indica que a legitimação do autor resultou da convergência entre sua adequação teórica ao contexto histórico-institucional brasileiro e as estratégias político-intelectuais dos agentes envolvidos.

Palavras-chave: Émile Durkheim; Missão Francesa; sociologia; USP; cânone.

Abstract

This study examines the reception and canonization of Émile Durkheim's work in Brazil, focusing on the institutionalization of sociology at the University of São Paulo (USP) in the 1930s and 1940s. It argues that his consolidation as a canonical figure in Brazilian sociology did not stem solely from the intrinsic value of his work or from academic impositions, but from the articulation between internal and external factors within the national sociological field. It highlights the role of the French Mission at

¹ Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/FFLCH/ USP, São Paulo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8093-8559>.

² Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/FFLCH/ USP, São Paulo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3815-3264>.

³ Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/FFLCH/ USP, São Paulo, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5514-2765>.

USP in incorporating Durkheim into the early curricula of the Social Sciences program at the School of Philosophy, Sciences and Letters (FFCL), in line with the demand for a scientific and autonomous sociology. The analysis of Sociology curricula and course programs, based on yearbooks from the IME/USP collection, indicates that the author's legitimation resulted from the convergence between his theoretical adequacy to the Brazilian historical-institutional context and the political-intellectual strategies of the agents involved.

Keywords: Émile Durkheim; French Mission; sociology; USP; canon.

Introdução

O ofício do sociólogo implica não apenas a desnaturalização e a objetivação dos fenômenos sociais externos, mas também a capacidade de auto-objetivação, tanto do pesquisador quanto da própria disciplina. Nesse horizonte, o desenvolvimento de uma “sociologia da sociologia” (Bourdieu, 2001) constitui um exercício reflexivo fundamental para a compreensão das dinâmicas de constituição do campo científico (Bourdieu, 1983), de suas disputas internas, estratégias de legitimação e transformações históricas. É nesse marco analítico que se insere o presente estudo, cujo propósito é examinar os processos de difusão e consagração da obra de Émile Durkheim no currículo da Sociologia brasileira, a ponto de erigir-se como um cânone capaz de influenciar, direta e indiretamente, sucessivas gerações de pesquisas e pesquisadores no país. Assim, o objetivo central consiste em compreender a trajetória de legitimação do pensamento durkheimiano em São Paulo, em articulação com o contexto institucional da Sociologia nas décadas de 1930 e 1940, identificando os agentes, interesses e mediações envolvidos na consolidação do autor como referência fundacional da disciplina.

A partir dessa problemática, formula-se a hipótese central a ser examinada ao longo do texto, segundo a qual a difusão dos escritos de Émile Durkheim na sociologia paulista teve como principal vetor a atuação da Missão Francesa, agente-chave no processo de institucionalização da Sociologia na Universidade de São Paulo (USP) durante a década de 1930 (Consolim, 2021; Hamburguer, 1996). Tal hipótese busca distanciar-se de duas explicações possíveis para a questão levantada. A primeira é uma concepção individualista de cânone, que atribui a consagração de certos autores exclusivamente à excelência ou genialidade de suas obras – noção que Elias (1995) associa a uma leitura romântica do “gênio”.

A segunda, por sua vez, adota uma abordagem estritamente coercitiva, interpretando a legitimação canônica como resultado de uma imposição vertical por parte de uma cátedra, que transforma o autor em referência obrigatória por mera coerção institucional – perspectiva que aparece em críticas contemporâneas ao modo como os cânones das ciências sociais são formados, destacando-se os processos de apagamento, hierarquização e exclusão analisados por Hamlin, Weiss e Brito (2022), críticas estas que, embora fundamentais, tendem a subestimar a necessidade de considerar também os elementos intrínsecos à obra do autor que contribuíram para sua consolidação como marco fundacional de uma disciplina, para além de uma dinâmica exclusivamente impositiva.

Em contraposição a essas perspectivas, argumenta-se que a difusão da obra durkheimiana deve ser compreendida por meio da articulação entre duas dimensões analíticas complementares. A primeira, de ordem externa, diz respeito à ação estruturante da Missão Francesa, o que evidencia que esse processo não se deu de forma espontânea. A segunda, de natureza interna, está relacionada às necessidades locais de consolidação de uma sociologia científica, autônoma e legitimada no contexto brasileiro.

Dessa forma, a consagração de Durkheim como autor canônico não pode ser explicada exclusivamente por seu mérito teórico, tampouco reduzida a uma estratégia de imposição institucional. Sua recepção no contexto paulista só se concretiza porque sua obra oferecia categorias e princípios teóricos capazes de responder às exigências epistemológicas e político-institucionais da sociologia nascente no país. A qualidade dos escritos durkheimianos, a presença de professores franceses no processo formativo da USP e a busca por uma identidade disciplinar autônoma convergem, portanto, na constituição de um cânone sociológico. Qualquer tentativa de dissociar essas variáveis – seja por meio de uma leitura individualizante que absolutiza o valor intrínseco da obra, seja por meio de um institucionalismo reducionista que transforma o processo em mera manobra política de um grupo intelectual dominante – revela-se analiticamente insuficiente. Para a verificação dessa hipótese, este estudo se valerá de uma análise documental dos primeiros anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), bem como de uma revisão crítica da bibliografia especializada sobre a história das ciências sociais no Brasil.

Dessa forma, a análise desenvolvida neste trabalho aborda a figura de Durkheim a partir de duas perspectivas distintas, embora complementares: a de autor canônico e a de autor clássico. Em sua dimensão canônica, Durkheim é compreendido como resultado de um processo histórico de construção institucional, cujos efeitos se manifestam na definição e reprodução de uma agenda disciplinar específica, especialmente no contexto da Missão Francesa na USP.

Simultaneamente, a consideração de Durkheim como clássico permite descolar sua importância de um simples estatuto institucional verticalizado, enfatizando, ao contrário, a permanência temporal de suas categorias analíticas e a capacidade de sua obra de dialogar com questões contemporâneas. Nesse sentido, sua presença contínua nos debates teóricos da disciplina e sua influência sobre novas gerações de pesquisadores revelam uma dimensão propriamente intelectual, que não se esgota na consagração acadêmica, mas deriva da força explicativa e da produtividade conceitual de suas formulações, sentido este de “clássico” desenvolvido em obras como a de Cairus (2011). Assim, ao articular as noções de cânone e de clássico, este estudo busca compreender tanto os dispositivos sociais que garantiram a centralidade de Durkheim quanto a vitalidade teórica que sustenta a continuidade de seu pensamento como referência disciplinar.

Nesse sentido, esta pesquisa adota uma estratégia metodológica que parte da análise do contexto externo, tanto internacional quanto nacional, para, em seguida, abordar a obra de Émile Durkheim. Parte-se do entendimento de que sua recepção e consolidação só podem ser plenamente compreendidas à luz das demandas específicas desse contexto. A hipótese que orienta a investigação é a de que a obra durkheimiana oferecia respostas teóricas compatíveis com os imperativos institucionais e intelectuais da sociologia científica em formação, configurando-se, assim, como um dos elementos centrais para explicar sua difusão e consagração. Para viabilizar essa análise, delimita-

se como recorte empírico a atuação da Missão Francesa na Universidade de São Paulo (USP) nas décadas de 1930 e 1940. Tal delimitação justifica-se pelas próprias características do campo sociológico brasileiro, marcado, em sua origem, por um forte componente institucional, com ênfase na criação do curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que se tornou referência nacional.

Além disso, destaca-se o papel decisivo exercido por professores estrangeiros na consolidação da disciplina sociológica no país, sendo a Missão Francesa sua expressão mais emblemática (Arruda, 1994). Investigar a presença e a atuação desse grupo no período em questão permite compreender não apenas os rumos iniciais da formação da sociologia no Brasil, mas também os processos de constituição de sua cátedra, a definição de seus objetivos fundacionais e sua legitimação, tanto do ponto de vista epistemológico quanto institucional.

A penetração que adquiriram os estudos sociológicos brotados na academia já indica a presença de marcante sensibilidade intelectual, voltada à compreensão dos fenômenos afeitos à sociedade. A produção dos considerados precursores, posteriormente dos denominados intérpretes do Brasil, está a indicar o adensamento paulatino que as abordagens sociológicas vinham conquistando. Por essa razão, os fundadores da sociologia universitária não se deparam com um ambiente cultural em inicialidade absoluta, no que tange à reflexão específica. A grande transformação originou-se do estabelecimento de condições e possibilidades favoráveis ao incremento e reprodução do saber sociológico. Exatamente por isso, os professores da missão francesa desempenharam um papel essencial, ainda que não exclusivo, ao exercício da disciplina no Brasil (Arruda, 1994, p. 315).

Delimitado o recorte, será realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de reconstruir o período analisado por meio do exame de fontes secundárias. A análise terá como base publicações acadêmicas dedicadas à compreensão da difusão do pensamento durkheimiano na sociologia brasileira, complementadas por uma investigação documental voltada à presença do autor nos currículos e programas do curso de Sociologia da Universidade de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. Para tanto, foram consultados os seguintes anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: **Anuário 1934-1935**, disponível no Instituto de Matemática e Estatística (IME), sob o código LH.B6 A636 e.1; **Anuário de 1936** e **Anuário de 1937-1938**, ambos pertencentes ao Acervo Delfim Netto da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA), atualmente indisponíveis para circulação. Nesta fase, foram armazenados os seguintes documentos:

Anuário 1934/35:

- A função cultural do ensino – Discurso de abertura dos cursos da Faculdade em 11-III-1935, pelo Prof. A. de Almeida Prado, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- Condições e Organização do ensino de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – escrito pelo Prof. Paul Arbousse-Bastide.

Anuário 1936:

- O método nas Ciências Sociais: Aula inaugural dos cursos universitários pelo professor Antonio de Sampaio Doria;

- Considerações sobre o curso de Sociologia (2ª cadeira) pelo professor Roger Bastide.

Anuário 1937/38:

- *Curriculum Vitae* dos professores de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo contratados para 1938 – escrito pelo professor Pierre Fromont;
- A cooperação da França; Confraternização acadêmica; O teatro universitário do grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; As matrículas na Faculdade e no Colégio Universitário em 1937 e O problema dos assistentes;
- Programa de Sociologia em 1937;
- Subseção de Ciências Sociais e Política.

Para assegurar a precisão analítica desta pesquisa, faz-se imprescindível reconhecer seus próprios limites metodológicos. Isso implica distinguir o processo de institucionalização da sociologia em São Paulo daquele verificado no plano nacional, evitando tomar o primeiro como mera expressão ou réplica do segundo. Assim, as conclusões aqui apresentadas circunscrevem-se, neste momento, à análise dos efeitos e das modalidades de recepção do projeto durkheimiano na sociologia paulista desenvolvida na USP. Essa delimitação, contudo, não exclui, e de certo modo até incentiva, a possibilidade de que investigações futuras ampliem o escopo da reflexão, examinando em que medida tal influência se manifestou ou não em outras regiões do país ou em diferentes contextos latino-americanos.

Como se sustenta ao longo deste trabalho, a sociologia, bem como sua formação institucional, seus paradigmas teóricos e seus modos de recepção, constitui-se sempre de maneira situada, ancorada em condições sociais, políticas, econômicas, culturais e acadêmicas específicas. Cada novo recorte empírico exige, portanto, que se considerem tais particularidades. A presente pesquisa optou por restringir-se à experiência paulista, tomando-a como ponto de partida de um projeto intelectual mais amplo, a ser desenvolvido em etapas posteriores. Essa escolha não se pretende totalizante e inaugura um primeiro movimento de uma investigação de maior fôlego, cujo desdobramento deverá contemplar comparações inter-regionais e transnacionais.

Universidade São Paulo: a elite intelectual francesa no espelho da elite econômica brasileira

A Missão Francesa desempenhou papel crucial na institucionalização das ciências sociais paulistas. Esse processo, configurado enquanto projeto político e cultural, teve como epicentro a cidade de São Paulo, especificamente a Universidade de São Paulo (USP). A presença de estrangeiros em território nacional contribuiu para a definição de uma agenda sobre o formato desejado para a Universidade e, em âmbito mais restrito, para a estruturação e o ensino das disciplinas. É nesse último aspecto que o presente estudo concentra sua análise, buscando compreender o lugar das teorias de Durkheim na constituição do curso de Sociologia da USP. Assim, para além do papel da Missão Francesa na consolidação das ciências sociais, revela-se necessário compreender o contexto que possibilitou a inserção desse grupo no país e os objetivos que motivaram a institucionalização da sociologia científica no Brasil.

A compreensão da inserção de Durkheim no contexto da sociologia paulista exige, inicialmente, situá-lo no interior da própria tradição universitária francesa. A leitura retrospectiva da consolidação da sociologia como disciplina pode induzir ao erro

analítico de projetar ao seu momento fundacional características que somente se estabilizariam posteriormente. No caso francês, a posição central de Durkheim – muitas vezes tomada como ponto de partida natural da disciplina – foi, na realidade, o resultado de um processo gradual e conflituoso de disputas intelectuais, negociações políticas e transformações institucionais. Como demonstra Mucchielli (2001), embora o projeto durkheimiano tenha logrado êxito ao se impor como paradigma dominante, tal conquista esteve longe de ser automática: nas últimas décadas do século XIX, sua posição era frágil e contestada, e somente a partir do início do século XX seu grupo alcançou uma hegemonia mais claramente definida no campo sociológico francês.

A origem da categoria “sociologia” remonta a 1856, com a publicação do *Curso de Filosofia Positiva*, de Auguste Comte, particularmente a 47ª lição (Mucchielli, 2001). Contudo, entre a formulação conceitual comteana e a constituição efetiva de um campo disciplinar institucionalizado decorreu um intervalo de várias décadas marcado por intensos processos sociais, políticos e culturais na França. A emergência da sociologia acadêmica deve ser compreendida, portanto, no quadro mais amplo de modernização das universidades durante a Terceira República. Como argumenta Ortiz (1989), esse período foi atravessado por uma revalorização da educação enquanto instrumento ideológico de unificação nacional, capaz de restaurar a coesão social abalada pela derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870), pelas tensões políticas internas e pela ascensão dos movimentos socialistas. A reforma profunda da instrução pública – expressa tanto na reorganização dos currículos quanto na reconstrução física de instituições como a Sorbonne – evidencia a centralidade atribuída ao ensino como mecanismo de consolidação republicana.

É nesse ambiente intelectual e político que se insere o projeto durkheimiano. Entre 1880 e 1914, Durkheim empenhou-se em fundar uma ciência positiva, dotada de métodos rigorosos e de autonomia epistemológica, dedicada ao estudo dos fatos sociais concebidos como “coisas”. Sua sociologia respondia diretamente à crise moral vivenciada pela Terceira República, oferecendo uma explicação científica para as formas de solidariedade social e propondo a elaboração de uma moral laica capaz de substituir os referenciais religiosos e monárquicos em declínio (Mucchielli, 2001; Ortiz, 1989). Assim, a sociologia não apenas buscava explicar a sociedade, mas também fornecer os fundamentos simbólicos e normativos necessários para a reconstrução da ordem republicana.

A consolidação da Escola Sociológica Francesa, conforme detalha Mucchielli (2001), dependeu de uma combinação estratégica de fatores intelectuais, institucionais e políticos. Em primeiro lugar, o grupo de Durkheim destacou-se por sua excepcional capacidade de organização coletiva: a criação de *L'Année Sociologique* constituiu não apenas um espaço de produção científica, mas também uma rede disciplinar capaz de formar discípulos, padronizar métodos e difundir uma agenda comum. Em segundo lugar, o durkheimianismo oferecia à Terceira República uma filosofia social afinada com seus objetivos de fortalecimento estatal, laicização do ensino e integração nacional, o que favoreceu alianças decisivas com setores republicanos. Por fim, o engajamento público de Durkheim em debates como o Caso Dreyfus reforçou sua legitimidade moral e política, abrindo caminho para que ocupasse posições centrais – entre elas a cátedra na Sorbonne – e superasse concorrentes como Gabriel Tarde e René Worms. A partir de 1902-1904, sua hegemonia no ensino superior francês tornou-se incontestável, estabelecendo as bases para a difusão internacional do paradigma durkheimiano, incluindo sua posterior recepção na sociologia paulista.

Dada essa introdução, o contexto da criação da Universidade de São Paulo (USP) torna-se fundamental para este estudo, uma vez que o projeto específico da sociologia foi impactado e moldado pelo projeto universitário em geral. Conforme destaca Miceli (2001), a fundação da USP está diretamente relacionada às transformações políticas nacionais da década de 1930, as quais enfraqueceram o poder da oligarquia paulista durante o governo Vargas, ao mesmo tempo que evidenciaram uma tentativa de retomada de seu antigo prestígio. Diante disso, a elite paulista buscou não apenas diagnosticar sua fragilização, mas também elaborar estratégias para a recuperação de sua influência.

Assim, tornou-se necessária a formação, por parte da oligarquia, de uma elite intelectual que assumisse o pioneirismo na construção de um projeto nacional pautado no liberalismo orientado e na oferta de um ensino livre, desvinculado de interesses partidários específicos – proposta defendida por políticos e jornalistas vinculados ao jornal *Estado de S. Paulo* (Cardoso, 1982). Esse diagnóstico sobre a crise da oligarquia associava a perda de poder à carência de quadros políticos, culturais e intelectuais especializados, motivando Armando de Sales Oliveira a mobilizar a elite paulista para reverter tal quadro (Campos, 2019).

Após esse diagnóstico, os paulistas passam a defender estratégias para superação das causas reconhecidas. É com base nessa leitura que o grupo constrói uma representação favorável de si mesmo e do próprio lugar de São Paulo na história brasileira. Conforme destaca Miceli (2001, p. 101), '[...] escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo' (Campos, 2019, p. 118).

Dentro desse projeto universitário alinhado aos interesses da oligarquia, estabeleceu-se o vínculo acadêmico entre Brasil e França. Nesse momento, coexistiam tanto o contexto externo, no qual a França buscava ampliar sua influência político-cultural por meio de missões intelectuais internacionais, quanto o interesse da elite paulista em construir uma intelectualidade brasileira baseada nos modelos franceses, o que possibilitou a vinda de professores franceses para a formação de quadros docentes nacionais. Assim, a fundação da USP e a atuação dos docentes franceses foram elementos fundamentais no processo de institucionalização e modernização das Ciências Sociais, constituindo fenômenos imprescindíveis para a reconstrução da história da área no Brasil. Como sintetiza Campos (2019, p. 110):

[...] a universidade se constitui como instituição responsável pela produção acadêmica, ou seja, o lugar de consagração do discurso sociológico e historiográfico, a partir dos anos 1930. Desse modo, é fecunda a ideia de analisar a presença da missão francesa nesse período que constitui as bases universitárias de formação do historiador e do cientista social no Brasil. Ou seja, o suporte institucional (Fernandes, 1977) ou os espaços de consagração são aspectos fundamentais para constituição de uma autonomia do campo de produção científica. Assim, é possível identificar a constituição do campo acadêmico, pois emerge um grupo de especialistas (missão francesa e primeira geração de professores

formados na USP), existência de instância específica de consagração (USP), formação de um mercado (Sapiro, 2019; Bourdieu, 1996; Miceli, 2001) [...].

A criação da Universidade de São Paulo foi marcada pela atuação de missões que podem ser compreendidas em três dimensões interligadas: objetivos, métodos e normas. A primeira consistiu em definir um modelo nacional de ensino e o público-alvo da formação acadêmica. O segundo aspecto refere-se ao método adotado, sendo nesse contexto que se insere a presença dos professores franceses na universidade paulista. Por fim, o processo de institucionalização promoveu a formulação de normas que passaram a orientar modos de pensar e agir, estabelecendo-se como padrão no ambiente acadêmico. Assim, para apreender a influência francesa na USP, torna-se imprescindível analisar esse conjunto de missões que permeou sua fundação, buscando inicialmente compreender como a relação Brasil-França em São Paulo se consolidou como um projeto local de educação com aspirações nacionais.

Embora a interação entre Brasil e França tenha começado a se delinear em 1816, com a chegada da primeira Missão Francesa, cuja principal característica era o interesse pela expansão artística e cultural (Trevisan, 2007), este estudo concentra-se no final da década de 1920 e início da década de 1930. Nesse período, o vínculo entre os dois países passou a consolidar um modelo educacional que abrangia desde o ensino básico até o superior, centrado na cidade de São Paulo.

Na década de 1920, com o apoio da elite cafeeira, intensificou-se a relação entre Brasil e França por meio da criação do Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo. Esse espaço educacional, iniciativa do grupo ligado ao jornal *O Estado de S. Paulo*, tinha como finalidade a formação dos filhos das elites. Conforme destaca Peixoto (1989), em seu estudo *Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras 1930-1960*, o liceu francês funcionou como “embrião” da futura Universidade de São Paulo. Tal instituição viabilizou a chegada dos primeiros professores que contribuíram para a estruturação do ensino secundário, difundindo valores humanistas próprios da educação francesa. Posteriormente, criou-se um espaço com a pretensão de servir como modelo nacional, onde a elite paulista poderia se desenvolver e consolidar-se como classe dirigente (Peixoto, 1989; Vercesi *et al.*, 2010; Witter, 2006).

Assim, características distintivas da cultura acadêmica francesa, como o humanismo, o positivismo e o evolucionismo, que visavam estimular a ciência da época, estavam em consonância com o projeto de modernização e formação de quadros dirigentes almejado pelas elites políticas e intelectuais brasileiras (Peixoto, 1989). Esses traços do pensamento científico europeu, difundidos no Brasil pela presença dos professores franceses, foram fundamentais para a criação da FFCL. Segundo José Sebastião Witter, a FFCL, ao contrário das demais faculdades da USP, cujo principal objetivo era a formação profissional, possuía

[...] outro papel: destina-se à sistematização, à síntese de ideias gerais. E essa sistematização não é, nem poderia sê-lo, ministrada pelas faculdades especializadas. Na faculdade de filosofia trata-se de, com método, ministrar os grandes resultados das ciências. Ensina-se deste modo o aluno a encarar a realidade. Essa cultura geral é dada em tais instituições de filosofia, ciências e letras (Peixoto, 2006, p. 33).

Essa contextualização econômica e política da Missão Francesa na USP revela não apenas as dinâmicas que permearam a construção do campo, mas também as interpretações teóricas sobre o significado da sociologia brasileira. De fato, esse processo levou diversos autores a compreenderem a USP como um “instrumento do imperialismo paulista no Brasil” (Pingaud, 1934, p. 2 *apud* Campos, 2019, p. 114), perspectiva que se disseminou entre os próprios estudantes, conforme evidencia Claude Lévi-Strauss em entrevista concedida a Didier Eribon:

Foi para pôr a juventude paulista no nível da cultura europeia que aqueles aristocratas burgueses decidiram criar a universidade. Mas, por uma espécie de paradoxo, os estudantes vinham de classes modestas, porque havia um grande desnível entre a elite e a massa da sociedade, que continuava pobre e de espírito provinciano. Os estudantes, frequentemente homens e mulheres já empenhados numa vida profissional, desconfiavam dos grandes burgueses que haviam fundado a universidade. E até nós nos encontrávamos entre dois campos. Ao mesmo tempo que nos consideravam pessoas de valor, os estudantes às vezes nos encaravam como servidores da classe dominante (Entrevista encontrada em Catani; Silva, 2020, p. 840).

O projeto nacional de construção de uma sociologia científica

Conforme exposto anteriormente, a formação do curso de Ciências Sociais na USP e a atuação da Missão Francesa foram fundamentais para a institucionalização da área em São Paulo. No entanto, a fundação por si só não assegurou os objetivos de estabelecer uma sociologia científica nacional; um percurso extenso ainda deveria ser percorrido. Segundo Fernandes (1977), o processo de institucionalização da sociologia na década de 1930 assinala o início da sociologia enquanto ciência.

Essa delimitação proposta pelo autor é crucial para este estudo, pois representa o momento de consolidação das bases de uma sociologia acadêmica, orientada pela integração entre teoria e metodologia e por um recorte específico de objetos sociológicos (Arruda, 1994). É nesse contexto que ocorre a transição da análise social amadora para o profissionalismo científico da sociologia (Novais, 1994), projeto iniciado nos anos 1930 com a Missão Francesa e culminando com a publicação das teses dos primeiros formandos da USP, bem como suas atuações como docentes, tendo como expoente máximo a atuação de Florestan Fernandes na Cadeira de Sociologia I nos anos 1950 (Arruda, 1994). Em síntese:

Essa observação do caso da França tem um sentido pertinente à nossa pesquisa, pois ao dialogar com a produção brasileira que trata, especialmente, das ciências sociais, observa-se que a formação acadêmica da USP indicava a pretensão de ruptura com o modo de escrita dessa área do conhecimento. No âmbito das ciências sociais, conforme síntese de Enno Liedke Filho (2005), há consenso a respeito de duas grandes classificações, a saber: 1) Herança histórico-cultural da Sociologia, situando-se o período dos pensadores sociais (entre século XVIII e início do século XX) e o período da Sociologia de Cátedra (década de 1920); 2) Etapa Contemporânea da Sociologia, na qual inscrevem-se o período da

Sociologia Científica (1930-1950), o período de Crise e Diversificação (1960-1980); e período de busca de uma nova identidade (a partir de 1980) (Campos, 2019, p. 109).

Nesse sentido, Hey (2008), ao elaborar um esboço de sociologia do campo acadêmico, mobiliza a categoria “espaço acadêmico” para evidenciar o caráter multidimensional que esse campo pode assumir. Tal conceito pode designar tanto as transformações do espaço físico quanto a dinâmica interna e os jogos políticos que o permeiam. As duas últimas dimensões, quando analisadas, ressaltam os conflitos em torno da produção da crença e da busca pela legitimidade científica.

A construção do espaço acadêmico em educação superior permite analisar o jogo que é estabelecido e mantido pelos agentes, da mesma maneira que o próprio investimento nesse jogo para a garantia da produção da crença. Esta é relacionada à representação socialmente reconhecida como científica, sendo também fator de competição e conflitos entre os produtores na temática (Hey, 2008, p. 18)

O processo de construção da identidade científica da sociologia no Brasil envolveu uma profunda diferenciação em relação a outras áreas do conhecimento. Conforme discutem Blanco e Jackson (2013), a sociologia moderna em países como Brasil e Argentina seguiu um percurso distinto da experiência estadunidense e europeia: enquanto nestes últimos os principais oponentes intelectuais eram a filosofia, a história, a literatura e a psicologia, nos primeiros o oponente central foi o ensaísmo. Segundo os autores, o ensaio adquiriu grande relevância na década de 1930 em razão das transformações vivenciadas por esses países, posicionando-se como a principal explicação para a realidade nacional, tanto do passado quanto do presente (Blanco; Jackson, 2013).

Dessa forma, a sociologia científica estabelece uma disputa direta com o ensaísmo, diferenciando-se ao fundamentar-se em teorias e metodologias que se afastam do caráter especulativo dos ensaios, bem como confrontando-se pela definição do objeto “sociedade”, necessitando legitimar-se como a área mais adequada para seu estudo. Configura-se, assim, um conflito pela tutela do social entre diferentes campos do saber.

[...] as disputas entre sociólogos e ensaístas resultaram da exigência prática de diferenciar-se da tradição intelectual estabelecida (Lepinies, 1996) no contexto de afirmação de uma nova identidade profissional, a do sociólogo. Os ataques mais diretos ocorreram em resenhas, os indiretos, em balanços sobre o desenvolvimento da disciplina. Desde o final dos anos de 1940, na Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes assumiu a dianteira desse confronto que envolvia a defesa da sociologia científica contra o ensaio (Garcia, 2002). Em síntese, se a implantação da sociologia implicou uma mudança significativa por meio da introdução de métodos, teorias, padrões de trabalho sistemáticos e certo deslocamento nos objetos de pesquisa (Blanco; Jackson, 2022, p. 82).

Essa empreitada de diferenciação e legitimação foi amplamente assumida pelos mestres franceses, especialmente Roger Bastide. Para ele, o Brasil carecia de um “espírito sociológico” comparável ao europeu (Bastide *apud* Cardoso, 1987); portanto, era imprescindível que os professores franceses cultivassem essa cultura acadêmica no

país, promovendo a difusão de teorias, metodologias e um perfil científico, além da formação de quadros nacionais capazes de dar continuidade a esse projeto na sociologia brasileira. Assim, a tentativa de estabelecer as bases de uma sociologia científica no Brasil contou com a atuação destacada de mestres franceses, como Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide e Lévi-Strauss, mas se consolidou efetivamente com a primeira geração de docentes brasileiros, que não apenas consolidaram o projeto, como também o aprofundaram em novos contornos a partir da década de 1950 (Campos, 2019).

[...] desenvolver a Sociologia, em primeiro lugar, porque era professor de Sociologia; em segundo lugar desenvolver na Sociologia, como dizer, o espírito de uma sociologia brasileira. No começo pedi muitas pesquisas empíricas, porque aqui as pessoas gostavam de uma sociologia impressionista, uma sociologia muito bonita, muito linda, mas fora da realidade. Eu pedi muitos estudos de Sociologia empírica aos alunos. Mas depois, quando uma Sociologia brasileira apareceu, eu pedi para fazer teoria (Bastide *apud* Cardoso, 1987, p. 188).

Dessa forma, a criação da FFCL promoveu, no espaço acadêmico paulista, especialmente na sociologia, uma transformação no modo de formação dos intelectuais. No modelo educacional proposto, estes deixam de ser polímatas para desenvolver um saber mais especializado. Esse novo perfil intelectual reflete o declínio das oligarquias diante do processo de modernização que o Brasil vivenciava no final da década de 1920 (Miceli, 2001). Ao analisar o campo intelectual desse período, Miceli destaca que as transformações na intelectualidade passaram a conferir maior importância à formação escolar e cultural:

Se na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase por completo a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante, a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependente do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual (Miceli, 2001, p. 79)

Nesse contexto, um grupo de intelectuais ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo* (Campos, 2019; Vercesi *et al.*, 2010; Witter, 2006), representado por Julio Mesquita, pai e filho, incentivou e participou do processo que resultou na criação da Universidade de São Paulo. Bem posicionados nas esferas econômica e política, os Mesquita destacaram-se como alguns dos principais incentivadores desse projeto educacional e cultural. A USP foi fundada por decreto do interventor Armando Salles, que mantinha estreita relação com esses protagonistas. Ademais, é por meio da conexão entre Julio Mesquita Filho e George Dumas, médico e psicólogo francês, que a cooperação entre Brasil e França para o desenvolvimento do ensino superior começou a se consolidar.

No Anuário 1934-1935 da FFCL/USP, o primeiro publicado após a criação da Universidade, Antônio de Almeida Prado, médico e diretor da FFCL em 1934, destaca, em seu discurso sobre a “Função Cultural do Ensino”, a relevância da França na formação desse centro acadêmico e apresenta os agentes responsáveis pela criação da

Faculdade de Filosofia. Nesse contexto, a figura de Teodoro Ramos, matemático e professor da Escola Politécnica, destaca-se como fundamental na estruturação do corpo docente da FFCL. Assim, ao lado de Julio Mesquita Filho e George Dumas, Ramos foi um dos principais articuladores da Missão Francesa à USP, deslocando-se à Europa para recrutar professores para a composição do quadro docente da Universidade. Dessa forma, o projeto educacional implementado por esses agentes delegou a responsabilidade pela educação superior a professores estrangeiros.

No mesmo discurso, Almeida Prado enfatiza, ao abordar o ensino, a necessidade primordial de direcionar a educação como meio de aprimorar a “cultura” do povo brasileiro. Tal perspectiva atribui aos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a função de “civilizar” o corpo discente. Essa exigência, vinculada ao processo de modernização em curso, impulsiona a formação de uma intelectualidade capaz de interpretar a realidade nacional. Trata-se de uma lógica análoga à dos intelectuais mandarins, na qual os professores universitários dedicam-se à “dieta educacional da elite, preservando os padrões de qualificação que garantem a afiliação ao grupo e atuando como seus porta-vozes em questões culturais” (Cardoso, 1987, p. 22).

Esse contexto viabilizou a institucionalização da Sociologia em 1934 na Universidade de São Paulo, consolidando-a como uma das áreas do ensino superior incumbidas de abordar questões relativas à organização social, tema central diante das transformações políticas e sociais que marcavam o Brasil e, em especial, a cidade de São Paulo (Jackson, 2007; Miceli, 1989). No espaço acadêmico da sociologia, os professores franceses assumiram a posição de mestres (Peixoto, 1989), incumbidos de formar uma nova intelectualidade, mais especializada e orientada por métodos científicos.

Durkheim e a consolidação do *espírito sociológico* no Brasil

Conforme se demonstrou nas seções anteriores, a Missão Francesa na Universidade de São Paulo está vinculada aos interesses políticos da oligarquia paulista em formar uma elite cultural e intelectual, além de se relacionar diretamente com o processo de construção e consolidação de uma sociologia científica em território nacional. Esse contexto transcende o mero formalismo ou uma retomada histórica protocolar; ao contrário, revela-se fundamental para compreender a difusão da obra de Durkheim na sociologia paulista, configurando-se como uma escola de pensamento com continuidade ao longo da trajetória da teoria social no país.

Dessa forma, é possível analisar o processo de consolidação de Durkheim no Brasil segundo os próprios termos durkheimianos, ou seja, como um fenômeno da ordem social e não como um mérito individual – atribuindo à categoria “cânone” um tratamento análogo ao da categoria “gênio” na obra de Elias (1995). Assim, a principal questão suscitada neste trabalho é que a divulgação e a transformação de Durkheim em cânone da sociologia paulista não se reduzem ao reconhecimento, por seus pares, da genialidade incontestável de sua obra, tampouco a uma imposição da cátedra acadêmica da Missão Francesa na USP.

A expansão e legitimação da obra durkheimiana na sociologia paulista decorreram dos mesmos motivos que justificaram sua retomada pelos mestres europeus na elaboração do currículo de Ciências Sociais: a excelência de sua produção teórica atendia às demandas da conjuntura acadêmica voltada à formação de um campo sociológico autônomo e científico no Brasil. O rigor científico empregado, a

distinção da sociologia em relação às demais áreas do conhecimento, a ênfase no objeto de estudo, a elaboração de uma metodologia própria à reflexão sociológica, entre outros elementos centrais na obra do autor, demonstravam afinidade profunda com os interesses do projeto intelectual da sociologia científica no país. Durkheim, portanto, oferecia em sua obra os caminhos teóricos, metodológicos e epistemológicos essenciais para a construção do espírito sociológico brasileiro, conforme desejava Roger Bastide.

Essa consonância entre os objetivos de construção de uma sociologia científica e a obra de Durkheim tornou-se explícita na análise do Anuário 1937-1938 da FFLCH-USP, onde se encontra o Programa de Sociologia de 1937. Nele, é possível identificar diversos conceitos e temas durkheimianos presentes em praticamente todas as subdivisões, evidenciando quase uma indissociação entre a sociologia de Durkheim enquanto abordagem particular e as grandes temáticas da sociologia em geral – questão inclusive suscitada por Paul Arbousse-Bastide no capítulo II do Programa de Sociologia do primeiro ano de 1937 (“As interpretações sistemáticas da vida social”), item 8: “Pode a sociologia de Durkheim ser considerada uma sociologia geral?” (USP, 1938, p. 265). Além desse exemplo, constata-se várias referências, diretas e indiretas, ao autor na estruturação do programa, entre as quais se destacam as mais relevantes:

Programa de Sociologia do Professor Paul Arbousse-Bastide (1º ano)

- Capítulo 2: o autor aborda como central o conceito de fato social, buscando sua definição específica e sua relação com as representações e sanções sociais.
- Capítulo 3: estabelece a relação entre o fato social e a condição de existência da vida em sociedade.
- Capítulo 4: analisa as formas de solidariedade.
- Capítulo 5: discute Durkheim e o método na sociologia.
- Capítulo 6: aborda as regras do método sociológico, bem como os desafios e a postura do sociólogo.

Programa de Sociologia (2ª cadeira) do Professor Lévi-Strauss (1º e 2º anos): inteiramente dedicado ao estudo das formas elementares da vida social, com especial atenção à dimensão do totemismo na sociologia religiosa.

Observam-se, portanto, diversas convergências entre o estágio da sociologia brasileira na década de 1930 e o projeto teórico de Durkheim. Desde o título do clássico *As Regras do Método Sociológico*, evidencia-se a preocupação do autor em estabelecer as diretrizes do exercício sociológico, discutindo os detalhes do estatuto epistemológico da disciplina. A máxima durkheimiana de explicar o social pelo social carrega inúmeros pressupostos e implicações teórico-metodológicas, configurando uma defesa científica que posiciona a sociologia no campo de disputa pelas explicações dos fenômenos sociais. Nessa afirmação, percebe-se a tentativa de construir uma autonomia epistemológica para a sociologia, definindo um objeto específico, uma metodologia própria e uma identidade disciplinar. Assim, Durkheim estabelece um padrão geral de exigências para a qualificação de uma área como ciência, impacto que se estende não apenas à sociologia, mas também às demais áreas do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma disputa simultânea pelas categorias “ciência” e “sociedade”.

Para que uma verdadeira sociologia possa existir, é necessário que se produzam, em cada sociedade, fenômenos dos quais esta sociedade seja a causa específica, e que não existiriam se ela não existisse, que são o que são porque ela se constituiu enquanto tal. Uma ciência só pode ser fundada se possuir por matéria fatos *sui generis*, distintos daqueles que constituem o objeto de estudo das outras ciências (Durkheim, 1975, p. 23)

Considerando esse contexto, a análise dos escritos de Émile Durkheim, em especial *Da Divisão Social do Trabalho* [1893]/(1999) e *As Regras do Método Sociológico* [1895]/(2001), será utilizada para compreender como ele concebia a ciência e a sociologia. Essa investigação, associada ao exame dos anuários da FFCL de 1934/1935 e 1936/1937, oferece pistas sobre a ascensão do autor à posição de cânone no Brasil. A escolha dessas duas obras justifica-se pelo esforço de Durkheim, nelas, em definir o que é sociologia, seu papel enquanto ciência e o comportamento esperado dos cientistas sociais. Na primeira obra, o autor, a partir do estudo da divisão social do trabalho, indica como um fenômeno social deve ser analisado.

Devemos afastar essas deduções que, em geral, não são empregadas senão para fazer figura de argumento e justificar, a posteriori, sentimentos preconcebidos e impressões pessoais. A única maneira de chegar a apreciar de maneira objetiva a divisão do trabalho é estudá-la primeiro em si mesma, de uma maneira totalmente especulativa, investigar a que ela serve e de que depende – numa palavra, formar a seu respeito a noção mais adequada possível (Durkheim, 1999, p. 8).

Nessa defesa, observa-se uma forte referência ao contexto intelectual francês da época em que Durkheim escreveu. A sociologia dependia da construção de uma identidade capaz de distinguir sua forma de análise das demais áreas, legitimando-se assim no campo das disputas acadêmicas. A formação de uma disciplina não envolvia apenas o reconhecimento pelos pares internos, mas também um intenso processo de disputa epistemológica por diferenciação e autonomia. Exigia-se, portanto, que a sociologia se afastasse das análises da psicologia e da filosofia, demonstrando possuir um método próprio e legítimo para explicar o social. Essa empreitada torna-se clara em *O Suicídio*, onde Durkheim não se limita a analisar o fenômeno, mas também o disputa com a psicologia. Por isso, dedica significativa parte da obra a enfatizar que o objeto investigado pertence à ordem social e não à psíquica, demandando assim uma análise sociológica e não psicológica, como era habitual até então.

No contexto francês, a psicologia, a filosofia e a história configuravam-se como opositoras diretas da sociologia em seu processo de ruptura, autonomia e legitimação. No caso brasileiro, entretanto, conforme se discutiu anteriormente, essa disputa se manifestava principalmente contra o ensaísmo. Os indivíduos, enquanto participantes da sociedade, elaboram interpretações espontâneas sobre esta, bem como tentativas de explicar suas problemáticas e transformações; simultaneamente, outras áreas do conhecimento também desenvolvem suas próprias explicações acerca do fenômeno social. Todavia, uma análise sociológica deve construir uma abordagem consciente e metodologicamente orientada, compreendendo a sociedade como um elemento *sui*

generis cuja explicação somente pode advir de fenômenos igualmente sociais. Ortiz (1989), ao recorrer aos escritos de Sartre, demonstra como o campo literário conquista uma legitimidade na qual um artista só pode ser avaliado pelos próprios pares, situação ainda não consolidada na época de Mozart, em razão da estrutura social, conforme evidencia Elias, seguindo as convenções internas estabelecidas; uma legitimidade que a sociologia buscava conquistar naquele momento.

Mas não é suficiente para a nova disciplina estabelecer seu objeto. A Sociologia deve ainda resolver uma crise de identidade, pois partilha de uma herança intelectual que a predetermina. Eu diria que o problema que ela enfrenta não é tão diferente daqueles com os quais os movimentos étnicos se confrontam. Quando os movimentos negro e feminista percebem a posição que ocupam na hierarquia social, a primeira coisa que seus intelectuais fazem é reescrever a história. A partícula ‘a partir de’ materializa uma visão que se insurge contra a versão oficial dos acontecimentos. Ora, o pensamento sociológico possuía várias versões; Durkheim teve de enfrentá-las, criticando-as, marcando uma ruptura entre o passado eclético e o presente ‘científico’ (Ortiz, 1989, p. 6).

O autor completa:

O mesmo se passa com a sociologia. Impõe-se um rompimento com as ‘antigas’ formas de conhecimento, o que significa um distanciamento da filosofia, que até então detinha um certo monopólio da reflexão sobre a sociedade. A distinção que Durkheim estabelece entre métodos dedutivo e indutivo é fundamental para isso. Ao propor que os fatos sociais se apresentam como ‘coisas’ para a observação, ele inverte a perspectiva anterior que tomava como premissa o que eles ‘deveriam ser’. Fundar uma ciência ‘positiva’ implicava partir da realidade, ‘afastar as pré-noções’, o que impunha uma abordagem indutiva que a diferenciava do discurso filosófico (Ortiz, 1989, p. 6-7).

Essa diferenciação da sociologia em relação a outras áreas do conhecimento, assim como a aproximação metodológica entre as ciências sociais e as ciências naturais, foram elementos constitutivos da sociologia no Brasil a partir de 1934. O primeiro indício desse processo manifestou-se no espaço inicial ocupado pela FFCL, a Faculdade de Medicina. O diretor da Faculdade, Almeida Prado, em seu discurso no anuário de 1934/1935, expressa o seguinte elogio:

A Faculdade de Medicina, aparelhada como está, tem de ser, no tocante às disciplinas biológicas, à zoologia, à botânica, à mineralogia, e à química, o centro de gravitação do sistema universitário. Os seus vinte anos de experiências, de erros e de acertos, deram-lhe uma autoridade incontestável em coisas do ensino superior. Pelo rigor dos seus métodos, perfeição de suas bases e moralidade de sua vida interna, é o exemplo em que se deve louvar a Faculdade de Filosofia (Prado, p. 19 *apud* USP, 1935).

Constata-se que as ciências naturais, com seus acertos e equívocos, são apresentadas como modelo a ser seguido. Além da exaltação à Faculdade de Medicina, Almeida Prado, ao longo de seu discurso, elenca tópicos como “Ciência e Moral”, “Crescimento social desarmônico” e “Funções do organismo universitário”, evidenciando uma forte associação entre a produção do saber na USP daquela época e o positivismo, bem como sua busca por ordem e progresso. Esse percurso serviu de base para o desenvolvimento de uma sociologia de moldes franceses em São Paulo.

Dessa forma, o positivismo, já presente nas ciências brasileiras, torna-se fundamental para o avanço da sociologia na região. Essa perspectiva, em distinção à sociologia estadunidense, é destacada por Paul Arbousse-Bastide no primeiro anuário, ao abordar as “Condições e organização do ensino da Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”.

O professor catedrático da Cadeira I de Sociologia, ao definir o que considera o melhor fazer sociológico, faz uma crítica sutil à sociologia dos Estados Unidos, que associa a uma produção documental voltada ao Estado, em detrimento da análise e compreensão do social em sua essência. Essa crítica também visa distinguir a sociologia desenvolvida na USP daquela praticada na Escola Livre de Sociologia e Política, que possuía forte influência estadunidense.

Embora reconheça certa proximidade entre as sociologias estadunidense e brasileira no que concerne à reflexão sobre políticas públicas, o professor francês atribui essa semelhança à juventude de ambos os países, que buscam compreender e enfrentar os desafios internos de uma nação emergente (Bastide, 1935, p. 157 *apud* USP, 1935). Para Bastide, a influência de Augusto Comte configura um diferencial da sociologia brasileira em relação à estadunidense, pois, segundo ele, a sociologia desenvolvida no Brasil, mais do que produzir dados estatísticos e documentação social, busca sobretudo ideias e reflexões metodológicas, alicerçadas, enfim, em uma atitude filosófica semelhante à das ciências experimentais e matemáticas (Bastide, 1935, p. 158 *apud* USP, 1935).

Dessa forma, para além do jogo político mais bem delineado na seção anterior, a vinda da Missão Francesa revela-se fruto da influência da obra de Comte, pensador francês, no Brasil. Nas palavras de Arbousse-Bastide (1935, p. 158 *apud* USP, 1935), “a influência de Comte foi a única grande influência filosófica, a esperar muito dela e a pedir-lhe um método de cultura e, ao mesmo tempo, um manancial de inspiração prática”.

A proximidade e a inspiração de Durkheim em Comte abriram caminho para a recepção deste no Brasil. Baseando-se nessa referência, Arbousse-Bastide elaborou o programa de sociologia tendo como parâmetro a revista *L'Année Sociologique*, diretamente vinculada a Durkheim.

Considerando que se tratava, antes de tudo, de ensino, e que devíamos envolver-nos o menos possível em problemas de escolas, resolvemos agir com toda a calma. Encaremos, não obstante, todas essas dificuldades antes de propor um plano de estudos de nomenclatura durkheimiana, o que em absoluto não significa ortodoxia durkheimiana (Bastide, 1935, p.160 *apud* USP, 1935).

Dessa forma, Arbousse-Bastide elaborou para o programa de sociologia no Brasil um plano de estudo durkheimiano sem aderir, segundo ele, à “ortodoxia durkheimiana”. O professor catedrático compreendia que, ao construir o programa,

empregou uma abordagem flexível do ensino de sociologia inspirada na teoria e no método de Durkheim. Assim, o plano alinhado com *L'Année Sociologique* não representava o ideal, mas constituía, na visão do autor, o modelo mais sistematizado disponível na época para orientar o ensino da sociologia.

Não deverá reinar no ensino da sociologia qualquer dogmatismo, o que não impede um professor, dentro dos quadros gerais e flexíveis, adotar um sistema e assumir uma posição claramente caracterizada. Mas, em caso algum a situação intelectual do professor deve prevalecer na organização do ensino, e sobretudo hipotecar o futuro em favor de uma posição doutrinária. [...] Um curso de sociologia não deve compreender uma cátedra de durkheimismo. (Bastide, 1935, p.164 *apud* USP, 1935).

Divergindo da centralidade metodológica atribuída a Durkheim, Claude Lévi-Strauss propõe uma outra concepção de sociologia. Para ele, antes de tudo, a sociologia deve ser entendida como sociologia da cultura, aspecto que, em sua visão, não ocupa posição central na sociologia desenvolvida no programa da USP. Ao redigir o anuário de 1934/1935, o autor parece tecer uma crítica sutil à aplicação da sociologia durkheimiana na elaboração do programa e expressa sua própria concepção sobre o ensino da sociologia, ressaltando que esta é, antes de ser um estudo social, um estudo cultural. A principal crítica do professor da Cadeira II de Sociologia é:

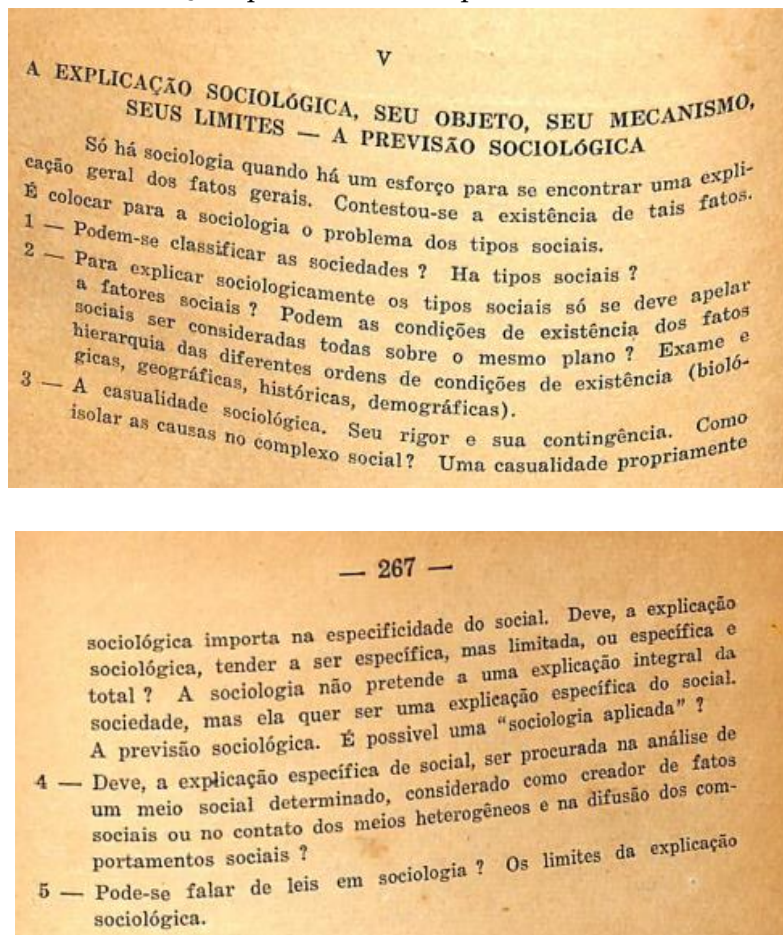
As obras gerais, em sua grande maioria, concebem a Sociologia como uma espécie de método universal que permite abordar todos os problemas defrontados, sob qualquer título, pelo homem. [...] Oferece-se, pois, não uma síntese, mas uma visão sincrética insípida do conjunto dos estudos sociais, como se um único indivíduo, desde que se intitule sociólogo, fosse capaz de resolver uma quantidade prodigiosa de problemas, dos quais cada um requer, para seu estudo particular, um número respeitável de especialistas (Lévi-Strauss, 1935, p.175-176 *apud* USP, 1935).

Dessa forma, a posição de Durkheim enquanto mestre é parcialmente verdadeira, considerando que foi a partir de sua produção que o programa de sociologia foi estruturado. Seu método serviu como diretriz a ser seguida por outros sociólogos, ainda que com certa liberdade. Contudo, não há supremacia do durkheimismo, pois, apesar de boa parte dos professores dos primeiros anos da sociologia no Brasil serem franceses, a flexibilidade do programa permitia que se alinhassem às correntes que lhes fossem mais convenientes. Um exemplo disso é a própria definição de sociologia adotada por Lévi-Strauss.

Assim, com a vinda dos professores franceses para a USP, promove-se a obra de Durkheim não apenas por ele já ser um autor consolidado no campo francês, mas também por ter sido agente central no processo de autonomia e construção da identidade sociológica no Brasil, conferindo um caminho coerente para que esses mestres enfrentassem a mesma empreitada no país. Por isso, é necessário romper com explicações simplistas e sedutoras que interpretam a influência do autor na construção do campo científico brasileiro como resultado exclusivo de imposição ou genialidade. Sua relevância concretiza-se por oferecer, em sua obra, soluções para os dilemas

acadêmicos nacionais. Portanto, não se trata de uma importação ou submissão acadêmica desprovida de mediação; ao contrário, verifica-se uma adequação da obra do autor para enfrentar os problemas locais. Essa aplicação de Durkheim na resolução do problema da autonomia epistemológica da sociologia brasileira pode ser observada no programa de 1937 de Paul Arbousse-Bastide:

Figura 1 - Print das páginas 264 e 265 do Programa de 1937 de Sociologia, na qual se encontram as observações preliminares do professor sobre o currículo do 1º ano.



Fonte: Anuário 1937/1938. São Paulo: FFCL/USP, 1938.

Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho demonstrou que a consagração de Émile Durkheim no campo sociológico paulista não pode ser compreendida a partir de narrativas simplificadoras que privilegiam, por um lado, uma leitura individualizante baseada na genialidade intrínseca de sua obra ou, por outro, uma perspectiva institucionalista reducionista que interpreta sua legitimação como mero produto de coerção acadêmica. Ao contrário, evidenciou-se que a recepção de Durkheim no Brasil deve ser analisada como resultado de um processo historicamente situado, articulado à atuação estratégica da Missão Francesa na Universidade de São Paulo, e às demandas internas por cientificidade, autonomia e delimitação epistemológica da sociologia enquanto disciplina emergente no contexto nacional.

A centralidade da obra durkheimiana, nesse sentido, resulta da confluência entre as qualidades teórico-metodológicas de seus escritos e a funcionalidade desses referenciais para o projeto de institucionalização de uma sociologia científica no Brasil. O rigor conceitual, a definição de um objeto sociológico distinto e a elaboração de um método próprio conferiram à produção de Durkheim um caráter normativo que se coadunava com as exigências do novo campo disciplinar em formação. A atuação da Missão Francesa, ao incorporar seletivamente tais referenciais em um currículo estruturado, não operou uma imposição verticalizada, mas promoveu uma mediação ativa entre tradição europeia e projeto intelectual brasileiro. Essa apropriação, portanto, não se deu como simples importação cultural, mas como recontextualização estratégica diante de um cenário institucional e epistemológico específico.

Conclui-se, portanto, que a canonização de Durkheim no Brasil deve ser entendida como um processo de negociação simbólica, no qual sua obra adquire legitimidade não apenas por sua excelência teórica, mas também por oferecer um arcabouço conceitual capaz de responder a dilemas concretos enfrentados pela sociologia brasileira. A constituição de um cânone, nesse caso, não se reduz a uma celebração do autor, mas representa a cristalização de um projeto de ciência social que buscava consolidar-se como campo autônomo, disciplinarmente demarcado e metodologicamente rigoroso. Ao desvincular-se das leituras dicotômicas e incorporar uma abordagem relacional e historicizada, este estudo buscou contribuir para uma compreensão mais complexa e crítica dos mecanismos de legitimação no interior da tradição sociológica brasileira.

Referências

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A trajetória da pesquisa na Sociologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-324, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300040>
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. O Brasil na América Latina. *Revista USP*, São Paulo, n. 133, p. 77-96, abr./maio/jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i133p77-96>.
- BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. Sociólogos versus ensayistas en Brasil y Argentina. *Estudios Sociológicos*, v. 31, n. 92, p. 397-436, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.24201/es.2013v31n92.66>
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1983. n. 39.
- BOURDIEU, Pierre. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir, 2001.
- CAIRUS, Henrique. O lugar dos clássicos hoje: o supercânone e seus desdobramentos no Brasil. In: VIEIRA, B. V. G.; THAMOS, M. (org.). *Permanência clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras, 2011. p. 125-143.
- CAMPOS, Névio. Missão francesa na USP (1934 e 1954): dois acontecimentos, dois recortes. *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 3, n. 9, p. 101-128, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5380/rhhe.v3i9.69843>
- CARDOSO, I. Entrevista com Roger Bastide. Realizada em São Paulo em 18/08/1973. *Revista Discurso*, São Paulo, v. 16, p. 181-197, 1987. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1987.37925>
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
- CATANI, Denise Barbara; SILVA, Katiene Nogueira. História das práticas de avaliação e ensino na USP: marcas da missão francesa na educação universitária paulista. *Cadernos de História da*

Educação, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 837-855, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v19n3-2020-11>

CONSOLIM, Marcia. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. *Tempo Social*, v. 33, n. 1, p. 17-51, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.172634>

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. *Textes I*. Paris: Minuit, 1975.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

HAMBURGUER, Amélia Império et al. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1996.

HAMLIN, Cynthia Lins; WEISS, Raquel; BRITO, Simone Magalhães. Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias*, São Paulo, v. 24, n. 61, p. 26-59, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/18070337-125407-PT>

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico*. São Carlos: EdUFSCar; Fapesp, 2008.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, p. 115-130, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100007>

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1989. p. 72-109.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 35-54, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000200003>

NOVAIS, Fernando. Braudel e a “missão francesa”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300014>

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11, p. 1-17, 1989.

PEIXOTO, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1989. p. 410-459.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística Francesa de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. *Plura – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, n. 14, p. 9-32, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2007.75459>

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. *Anuário 1934/1935*. São Paulo: FFCL/USP, 1935.

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. *Anuário 1936*. São Paulo: FFCL/USP, 1936.

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. *Anuário 1937/1938*. São Paulo: FFCL/USP, 1938.

VERCESI, Maria Elena de Abreu. *O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

WITTER, José Sebastião. *USP/50 anos: registro de um debate*. São Paulo: Edusp, 2006.

Declaração de Coautoria: Dayvison Wilson Bento da Silva declara ter sido responsável por “grande parte da introdução” e pela redação inicial “da seção intitulada ‘Durkheim e a consolidação do espírito sociológico no Brasil’”, tendo ainda cabido a ele “a tarefa de redigir a versão final do artigo” bem como a revisão. Bruna de Santana Souza esclarece ter se dedicado “a apresentar o contexto histórico da institucionalização das Ciências Sociais na USP e a participação da Missão Francesa neste processo.”, contribuição que aparece “nas seções ‘Universidade de São Paulo: a elite intelectual e francesa no espelho da elite econômica’ e ‘O projeto nacional de construção de uma sociologia científica nacional’”. Juan Michel Montezuma Dos Santos afirma ter levado a cabo “uma reflexão sobre o que seria o cânone científico e quais são os processos políticos no espaço social da academia que o constroem.”

*Minicurrículo dos Autore/as:

Dayvison Wilson Bento da Silva. Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2025). Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Pesquisa financiada pela Capes (Processo nº 88887.152257/2025-00). E-mail: dayvison.silva@usp.br.

Bruna de Santana Souza. Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2025). Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisa financiada pela Capes (Processo nº 131352/2023-7). E-mail: brunassouza98@hotmail.com.

Juan Michel Montezuma dos Santos. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2023). Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88887.853752/2023-00). Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Email: montezumamichel@usp.br.

Avaliação 2: [Parecer 2](#):
Editor de Seção: Elton Corbanezi 

Declaração de Disponibilidade de Dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Declaração de uso de IAGen

As autorias declaram não ter feito uso de IAGen na elaboração do artigo.